

Alternativas de esperança

Por Santini Daniel · 25/08/2015

Enquanto Brasil avança com redução da maioria penal, o Uruguai discute medidas de punição alternativas ao encarceramento de adolescentes

Por Daniel Santini

[IMG_20150816_164947220_HDR](#)

Placa de trânsito em Salto, no interior do Uruguai. Foto: Daniel Santini

Na última quinta-feira, 19 de agosto, no Congresso Nacional do Brasil [320 deputados federais votaram em favor de aprisionar adolescentes](#) junto com adultos no sistema penitenciário. A medida havia sido rejeitada pela Câmara dos Deputados no dia anterior, mas acabou colocada em votação novamente graças ao presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em manobra [classificada como golpe](#) pela oposição. Aprovada com apoio massivo das bancadas do PMDB e do PSDB, a [Proposta de Emenda Constitucional 171/1993](#) foi encaminhada para o Senado Federal, onde também precisa ser aprovada antes de virar lei. Por conta de sua posição determinada em favor da redução da maioria penal, [Cunha tem sido chamado de o inimigo número 1 da juventude](#).

No mesmo dia em que a proposta de prender adolescentes avançou no Brasil, no Uruguai acadêmicos, autoridades e especialistas reuniram-se no Congresso Nacional para debater medidas alternativas à privação de liberdade de jovens. O encontro abriu espaço para a discussão para outras possibilidades de se punir e reparar infrações. “O que se quer não é simplesmente castigar quem errou, é reabilitar, reintegrar. A adolescência é um período de vulnerabilidade e de

potencialidade, no qual se abre a possibilidade de ajudar os jovens a se transformar. A privação está longe de provocar um impacto positivo”, apontou o italiano Paolo Mefalopulos, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no país, durante a abertura do evento.

Ele destaca que, enquanto no Uruguai para uma população de 3,5 milhões há 700 adolescentes privados de liberdade em instituições socioeducativas (vinte a cada cem mil pessoas), na Itália para uma população de cerca de 60 milhões são cerca de 300 (1 a cada duzentos mil). “Não significa que os adolescentes italianos são mais bonzinhos ou que a polícia italiana é menos eficiente. Isso indica uma debilidade ao se desenvolver reabilitação e penas alternativas. É evidente que fortalecer os programas alternativos é muito importante e temos que pensar que tipo de pena é necessária. Se nos damos violência em vez de reabilitação, quando um jovem sai é muito mais provável que ele vai recorrer à violência e reincidir”. No Brasil, [a última estimativa, de 2013](#), apontava 23,1 mil adolescentes submetidos a regimes fechados para uma população de 200,4 milhões (cerca de 11 a cada cem mil).

Álvaro Colistro, do Instituto Nacional de Direitos Humanos, também presente à mesa, destacou que todas as normativas internacionais apontam que a privação de liberdade tem que ser o último recurso, e argumentou que elas foram construídas a partir de dados objetivos e concretos. “Não existe medida educativa quando se trata de privação, isso só agrava o problema. É falsa a ilusão de que a falta de segurança será resolvida com prisões”, destacou .

Ouçá na íntegra em espanhol o debate (o áudio começa a partir de 28 segundos):

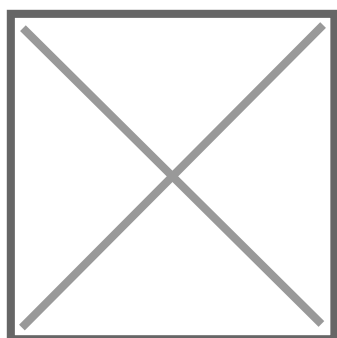
https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2015/08/20150819_Sala-17.mp3

[IMG_20150819_141845585_TOP](#)

Javier Taks, da Casa Bertolt Brecht, Mary Beloff, advogada especializada no tema, Paolo Mefalopulos, da Unicef, e Álvaro Colistro, do INDDHH, durante audiência no Palácio Legislativo do Uruguai. Foto: Daniel Santini

Seminário internacional

A audiência pública no parlamento uruguaio marcou o encerramento do Seminário Sistema Penal Juvenil, organizado pela Casa Bertolt Brecht com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. De 17 a 19 de agosto foram realizados debates e reuniões com representantes do poder público, organizações sociais que desenvolvem medidas socioeducativas e integrantes de movimentos sociais que trabalham com o tema, com atividades na capital Montevideo e em Salto, no interior do país.



Passagem dos
Direitos Humanos
em Montevideo, no
Uruguai. Foto: Daniel
Santini

Dois especialistas internacionais foram convidados a falar durante o seminário: a advogada argentina e ativista por direitos humanos Mary Beloff, mestre pela universidade de Harvard (Estados Unidos) e doutora pela de Buenos Aires (Argentina), com [extensa produção acadêmica](#) sobre direitos da infância; e o advogado chileno Álvaro Castro Morales, mestre pela Universidad Diego Portales (Chile) e doutor pela Universidad Ernst- Mortitz- Arndt de Greifswald (Alemanha),

autor do livro [Direitos Fundamentais dos Privados de Liberdade](#) (disponível em PDF em espanhol). Ambos defenderam que a privação de liberdade deve ser utilizada somente quando esgotadas todas as outras possibilidades.

“O que deve ser alternativo é o encarceramento e não as demais medidas. Se vai privar de liberdade é preciso boas razões. A privação é cara, não recupera e não educa”, defendeu Mary Beloff, durante a audiência no Congresso Nacional. Ela critica as propostas legislativas e discursos inflamados que apontam como solução para a criminalidade juvenil aprisionar crianças e adolescentes. “É preciso analisar a questão com elementos objetivos e científicos. O que precisamos combater é a sensação de impunidade e não simplesmente trancar todos. As chances de resolver a questão diminuem quando existe o encarceramento”.

[Advogado chileno Álvaro de Castro Morales na Universidade da República do Uruguai,](#)
Advogado chileno Álvaro de
Castro Morales na
Universidade da República
do Uruguai, em Salto. Foto:
Daniel Santini

Álvaro Castro Morales, por sua vez, fez nos dias 17 e 18 diferentes apresentações longas e detalhadas sobre os diferentes tipos de medidas possíveis, elencando princípios fundamentais do sistema penal juvenil. Defendeu que o mesmo deve ser leve e flexível, e capaz de julgar os atos infracionais de maneira ágil e clara dentro de um prazo razoável. O sistema deve ainda primar por proteger a privacidade do adolescente e ser capaz de oferecer diferentes soluções para diferentes problemas. “Em linhas gerais, a violência juvenil é episódica e simples e a solução envolve a família e a comunidade”, argumentou.

Para que tal sistema seja efetivo, ele aponta que é necessária a privação somente como recurso excepcional, a separação de adolescentes dos adultos em todas as etapas, a especialização de todos atores, incluindo policiais e juízes, e a capacitação de agentes do Estado e de organizações sociais envolvidas na execução de medidas socioeducativas.

Sobre o processo penal em si, destacou saídas alternativas baseadas em princípios como os da [remissão e oportunidade](#), em que as autoridades podem abrir mão de seguir com o processo ao avaliar que o ato não fere gravemente o interesse público. Citou ainda a justiça restaurativa, com possibilidades de acordos reparatórios, além de penas como prestação de serviços comunitários e liberdade assistida. Destacou também que, mesmo nos casos de condenação, deve haver a possibilidade de suspensão de penas leves quando não há prognóstico claro indicando que o adolescente deve reincidir.

Entrevistas de Álvaro Castro Morales e notícias sobre o seminário

Brecha – [Encerrar el encierro](#)

El Pueblo – [“Si a los jóvenes los tratamos como delincuentes se comportarán como tales”](#)

El Observador TV – [Jóvenes infractores: “privar de libertad debe ser el último recurso”](#)

El País TV – [Experto advierte que el encierro “es más caro y tiene costos sociales”](#)

La Diária – [Por la positiva](#) e [Cara de expediente](#)

Radio CX30 – [Entrevista de rádio con Álvaro Castro](#)

O advogado conversou com especialistas e acadêmicos na Univesidade da República do Uruguai em Salto, no interior, e com integrantes da Comissão No a La

Baja (Não à Redução, em português), em debate realizado na Casa Bertolt Brecht (CBB). Jovens na sua maioria, os presentes participaram ativamente da campanha vitoriosa que conseguiu evitar a redução da maioria penal em plebiscito realizado no Uruguai. Em abril, [Verónica Silveira, integrante da CBB e da No a La Baja, esteve no Brasil](#) falando sobre como a campanha foi organizada.

[Integrantes da Comissão No a La Baja durante encontro na Casa Bertolt Brecht. Foto: I](#)

[Integrantes da Comissão No a La Baja durante encontro na Casa Bertolt Brecht.](#)

Foto: Daniel Santini

Tortura e encarceramento

No Uruguai, logo após a a derrota no plesbicito sobre a redução da maioria, a oposição passou a pressionar pela ampliação do tempo de internação de adolescentes infratores. No Brasil, o senador José Serra (PSDB-SP) apresentou o [Projeto de Lei 333/2015](#), que segue a mesma linha e prevê que o tempo máximo de internação passe de três para dez anos. O projeto ganhou o apoio tanto de conservadores, que apoiam a proposta como uma alternativa para o caso de a PEC 171 não ser aprovada, quanto pelo Governo Federal, que vê na medida uma saída para evitar a redução da maioria. A presidenta Dilma Rousseff (PT) já se posicionou contra a redução da maioria, mas [a favor de aumentar o tempo de internação](#).

Durante o seminário no Uruguai, além de ressaltar que a prisão deve ser considerada a última das medidas a ser adotada, os especialistas internacionais ressaltaram que o tempo dos adolescentes é diferente e que, por isso, a privação de liberdade deve ser limitada. Todos são unânimes em apontar que as chances de recuperação diminuem com penas prolongadas.

[IMG_20150818_090317959](#)

Pixação faz referência
ao flagrante de tortura
em unidade de
internação. Texto
pintado diz: SIRPA =
tortura. Foto: Daniel
Santini

O destaque que o debate sobre medidas alternativas promovido pela Casa Bertolt Brecht ganhou na imprensa local, com TVs, rádios e jornais acompanhando as discussões, está relacionado também à crise que atravessa o Sistema de Responsabilidade Penal de Adolescentes (SIRPA).

Acusações de maus tratos e torturas em unidades de internação estão em foco desde o ano passado, quando o Comitê contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) apontou problemas graves. As críticas foram endossadas pela relatora da Comissão de Direitos Humanos da Criança da ONU, Sara Oviedo, e pela representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos OEA, Rosa María Ortiz.

Em agosto, o vazamento de um vídeo com flagrante de funcionários do Instituto da Criança e do Adolescente (INAU) espancando adolescentes acirrou a discussão sobre o encarceramento de adolescentes e deu força para os que defendem medidas alternativas. No Brasil, violações contra os direitos de crianças e adolescentes ainda são comuns no sistema socioeducativo.

Veja o vídeo: